



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de comemoração dos  
60 anos da Associação Comercial e Industrial  
de Jaraguá do Sul*

JARAGUÁ DO SUL, SANTA CATARINA, 27 DE JUNHO DE 1998

*Senhor Prefeito de Jaraguá do Sul; Dona Lillian; Senhor Presidente da Associação Comercial de Jaraguá; Senhor Senador Esperidião Amin; Senhores ex-Governadores de Santa Catarina Antonio Carlos Konder Reis e Jorge Bornhausen, aqui presentes; Senhores Deputados Federais, Estaduais; Senhor Secretário Henrique Weber; Senhor Presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina; Senhores Empresários; Senhoras Empresárias; Senhoras e Senhores,*

Hoje foi, realmente, uma manhã prazerosa para o Presidente da República. E, tenho certeza, para os que me acompanham nesta viagem. Chegar a Jaraguá do Sul, encontrar uma cidade vibrante, uma cidade onde as crianças – basta olhá-las – têm um aspecto saudável, onde o Prefeito me informa – como me informou no estádio, há pouco – a quantidade de crianças que estão nas escolas, da preocupação que a comunidade mantém para com a questão da educação.

E, agora, ao encontrar-me, aqui, com os empresários de Jaraguá do Sul, depois de ter visto um prédio em construção, que se refere à cultura, realmente, o que mais pode querer um Presidente da República,

senão ver seu povo avançando, progredindo? E é o que estou vendo aqui, em Jaraguá do Sul.

Vejo isso como uma disposição extraordinária desta população. Disposição que não se confunde com o elogio fácil, que não se confunde com a acomodação diante do já feito, senão que é uma busca contínua de mais, de querer mais. Isso é típico dos povos que são capazes de construir, realmente, as grandes nações.

O nosso país, o Brasil, hoje tem um povo no qual a gente percebe a disposição de construir uma grande nação. Acho que isso é fundamental para quem exerce as funções públicas de Presidente da República e para todos os que exercem funções públicas neste país. Por quê? Porque, quando não se sente que existe, realmente, uma motivação na sociedade, por mais que exista a vontade política, essa vontade política esmaece, torna-se burocrática e não resulta em nada.

Aqui é o oposto. Aqui se sente que existe, talvez, mais vontade de fazer do que condições efetivas de apoio das autoridades, para que seja possível realizar, tão depressa quanto se deseja, os objetivos da sociedade.

Vê-se, também, que esses objetivos são os mais corretos. Ouvi com atenção as palavras de todos os que me antecederam aqui e as palavras do Prefeito, antes de virmos para cá. E percebe-se que aqui, em Jaraguá do Sul, existe, ao mesmo tempo, a crença no que já foi feito e também – por que não dizê-lo? – uma certa dúvida e uma certa pressão, no sentido de saber: mas será que vamos poder fazer mais, na direção do que queremos?

Senhor Presidente da Associação Comercial, quero dizer que sim, que nós vamos fazer mais. Vamos fazer mais porque o povo não está acomodado e o Presidente tampouco. Não estamos, ainda, num estágio em que possamos dizer: “Bom, já dá para imaginar um ritmo mais vagaroso para avançar”. Não, o Brasil tem que avançar depressa. E depressa, hoje, no Brasil, não quer dizer apenas a realização das grandes obras, quer dizer a realização das pessoas; quer dizer a realização das obras, mas também a das ações necessárias, para que a sociedade se articule.

É certo que cabe, e cabe especialmente ao Governo Federal e aos governos estaduais, a definição, digamos assim, do trajeto do País. Esse

trajeto há de ser inspirado por valores, precisa acreditar o que nós queremos para essa sociedade, de que forma vamos generalizar a democracia e, com ela, o bem-estar. Mas ele, também, há de significar marcas até mesmo físicas para que esse trajeto seja sentido pelo País em geral.

Nós temos procurado fazê-lo. Depois de termos encontrado o País numa situação de bastante desorganização, em virtude de décadas de inflação, em virtude, também – convém sempre repetir – de desmandos que levaram à corrupção; depois de termos reposto o Brasil num certo caminho, reatando laços históricos de um país que tem dignidade e que gosta de se fazer respeitar aqui dentro e, por isso, de ser respeitado lá fora – e, hoje, nós somos respeitados lá fora, porque aqui dentro nós nos respeitamos –, chegou também a hora de marcar mais diretamente os rumos do nosso progresso.

Aqui foi dito, e não preciso repetir, que as aspirações essenciais da infra-estrutura catarinense começaram a ser atendidas. Não foi só a BR-101. É mais que a BR-101. O Senador Amin assenta com a cabeça, diz que sim, porque sabe e acompanhou lá, como acompanharam todos os parlamentares que aqui estão, o esforço havido para que nós repuséssemos Santa Catarina em condições de produção no que diz respeito à energia. Um dos primeiros atos administrativos do meu Governo foi vir a Santa Catarina para inaugurar a Jorge Lacerda. Também estamos reorganizando toda a produção energética do Jacuí. Estamos fazendo em Itá, em Machadinho. Estamos refazendo as condições para que possa haver prosperidade. Dentro de pouco tempo, o gasoduto, que nasceu na Bolívia e que está se estendendo até São Paulo, virá para o Sul e passará por aqui também.

Energia e transporte são as marcas de um Brasil de futuro e elas estão sendo desenhadas. Mas sei, também, que não adiantaria nada desenhar, fisicamente até, essas marcas do progresso, se nós não começássemos a pensar com mais afinco na transformação das condições diretas de produção. Daí porque entendo algumas reivindicações, algumas necessidades. Creio que nós, hoje, começamos a poder resgatá-las aqui, em Jaraguá do Sul, porque posso afirmar que o projeto, que foi aqui mencionado, da escola politécnica, será feito, foi aprovado, haverá

recursos e haverá entrosamento essencial entre o Governo Federal e a comunidade.

Vamos ter a escola! E vamos tê-la – é bom que eu esclareça – não porque, de repente, vim a Jaraguá do Sul, mas porque o Ministério da Educação, há algum tempo batalhando pela reforma, conseguiu aprovar uma nova Lei de Diretrizes e Bases e conseguiu também refazer o modelo da formação técnica do Brasil, nos moldes aqui preconizados pelo Presidente da Associação Comercial de Jaraguá do Sul. Leva tempo. A reorganização de um país não se faz do dia para a noite e nem termina rapidamente; precisa de continuidade; precisa de ação. Mas nós estamos avançando nessa direção porque é fundamental para que as nossas empresas possam competir, como agora competem, para que nós possamos reforçar o setor produtivo nacional, para que haja capacidade profissional. E a capacidade profissional requer treinamento específico e também treinamento geral.

Ontem, o Governador me dizia aqui, em Santa Catarina, que com o apoio, com os recursos do Governo Federal, do FAT, que, na verdade, são recursos dos trabalhadores, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, já foram treinados 400 mil trabalhadores. E, a toda hora, há formatura de trabalhadores. Ninguém sabe – talvez não precise nem saber – que o dinheiro é federal, mas é. Nós fizemos isso no Brasil todo, onde nós treinamos não milhares, mas milhões de trabalhadores.

E vamos treinar mais trabalhadores. Treinar nos sindicatos, treinar nas fábricas, com associações comerciais, com o apoio das prefeituras, retreinar trabalhadores, porque o grande desafio do mundo futuro, que é a incerteza quanto ao trabalho, não se resolve senão com duas coisas: investimento e treinamento. Não basta o investimento. E, aliás, nem haverá, se não houver treinamento. E também é preciso saber que as conseqüências do tipo de forma de produção atual levam a que, muitas vezes, se o trabalhador não é treinado adequadamente, ele não é reempregado.

E, portanto, é nossa obrigação ampliar, e ampliar sensivelmente, a condição de melhoria do trabalhador, oferecendo mais e mais cursos. E é o que estamos fazendo. Fazendo, talvez, sem mostrar, sem dizer ao

País, sob a forma de publicidade, o que está sendo feito. Mas isso não importa, o que importa é que está sendo feito.

É por isso que é possível manter, como em Jaraguá do Sul, situações nas quais, apesar dos desafios tremendos dos tempos modernos, não existem taxas de desemprego elevadas. Disse-me o Prefeito que, provavelmente, não ultrapassa 3%. É costume dizer sempre que, nos Estados Unidos, onde todos comemoram o pleno emprego, lá, a taxa é de 4,7%. Logo, Jaraguá do Sul está mais bem situada que a economia americana, que hoje vive um momento de enorme expansão.

Nós não dispomos de estatísticas específicas pelo Brasil afora, só dispomos de estatísticas nas grandes cidades, nas seis regiões metropolitanas. E, aí, há desemprego. O Governo não pode fechar os olhos ao problema e tem que concentrar mais e mais esforços para que nós possamos retrainar e criar mais condições de investimento.

Aqui foi dito, e com razão, pelo Presidente desta Associação Comercial, que é preciso dar condições de competitividade aos nossos produtores. É verdade. O sistema financeiro brasileiro não foi montado, nas décadas passadas, e nem poderia ser – sejamos francos também –, para atender ao pequeno nem ao médio. Ele se constituiu para criar grandes volumes de capital e pôs à disposição das grandes empresas recursos para que elas se organizassem. E nós tivemos no Brasil um salto muito grande, sobretudo nos anos 70, baseado nesse esforço, que teve dois pilares: a empresa estatal e a grande empresa privada nacional. Não crítico, naquele momento era o que havia de ser feito.

Hoje, as circunstâncias mudaram. Vamos avançar nos projetos de privatização, mas vamos também reorientar os recursos públicos para que eles cheguem em condições de competitividade às mãos dos pequenos e médios produtores. O BNDES, que nunca havia emprestado, senão aos grandes, passou a ter linha de financiamento para sustentar a cadeia produtiva que leva à exportação, atingindo, portanto, também os pequenos e os médios.

Está bem assim? Não está bem assim, ainda. Precisamos de fundos. Há um fundo de aval, precisamos de que ele funcione melhor. Precisamos de que os recursos cheguem à ponta. Não basta a decisão minha,

em Brasília, é preciso todo um conjunto de esforços para que haja uma dinâmica maior e uma desburocratização. A burocracia, hoje, entorpece a decisão política, atrapalha o avanço do Brasil. Nós temos que ser duros na luta pela reforma administrativa e dizer que não podemos estar limitando o crescimento do Brasil pelas mentalidades burocráticas que se encastelaram até mesmo nas grandes organizações financeiras.

E, nesta mesma linha, quero lhes dizer que em um estado como Santa Catarina, onde, efetivamente, o modelo é o da distribuição dos recursos, da existência de uma multiplicidade de atividades médias, pequenas e grandes, há um setor que precisa de mais empenho do Governo: a agricultura. Falo, aqui, em uma área industrial, mas não posso me esquecer da região de Chapecó. Não posso me esquecer das regiões onde a produção – tanto a produção da suinocultura quanto a produção agrícola – precisa de um apoio direto.

O Governo tomou decisões importantes nessa área. Nós criamos um programa chamado Pronaf, cujo nome soa estranho, mas cujo objetivo é em prol da agricultura familiar, para o pequeno e o microprodutor. Não havia nada – zero – de apoio ao pequeno e ao microprodutor. Foi sob as instâncias da Contag que, quando iniciei o Governo, criamos esse programa chamado Pronaf. No primeiro ano, foram atendidas 33 mil famílias. No ano seguinte, 300 e poucas mil. Agora, mais de 500 mil famílias. Neste ano, nós pusemos à disposição deste programa 2,3 bilhões de reais, para a próxima safra. Começou do zero; foram 2,3 bilhões de reais. As taxas de juros para esse programa, acabamos de tomar a decisão de baixá-las. E elas, hoje, são de 5,75%. O juro mais baixo que é possível, mais baixo que é possível: 5,75% ao ano, por Deus, ao ano.

Mesmo para o agricultor médio, as taxas de juros caíram para 8,75%. E nós, se, no ano passado, tínhamos feito um esforço e tínhamos colocado 7 bilhões de reais para o financiamento da safra agrícola, neste ano colocamos 10,3 bilhões de reais. É a maior massa de recursos já posta, nos últimos tempos, à disposição da agricultura, com a menor taxa de juros, desde sempre: 8,75%. Se a inflação for de 4%, é de 4,75% ao ano.

O que falta, portanto? Que chegue lá, que o agricultor receba o dinheiro, que a burocracia não peça papéis, papéis e papéis que impe-

çam o recurso de chegar lá. A luta, hoje, não é mais a luta da falta de vontade política em Brasília, é de mudar a mentalidade da cadeia que leva até o pequeno, o rolo de transmissão que vai até o pequeno. E, muitas vezes – é preciso dizer –, há sabotagem política na distribuição desses recursos. Isso não pode ser, tem que acabar, o recurso precisa chegar à ponta, àqueles que mais necessitam.

Alguns passos deverão ser dados no que diz respeito ao capital de giro. O futuro do Brasil depende de nós multiplicarmos o apoio à pequena e à média empresa. E não digo isso com palavras, porque fizemos um esforço enorme para criar uma mecânica de pagamento de impostos chamada Simples, em que o Governo Federal reduziu os impostos, transformou-os em um só. E lamento que os governos estaduais não tenham apoiado também no ICMS, porque, aí, a média e a pequena empresa teriam um só imposto a pagar.

Nós reduzimos o ICMS para os produtos de exportação. Nós importamos equipamentos sem pagamento de impostos. Medidas foram tomadas para que nós começássemos a mudar o panorama da vida brasileira. Vamos ter que tomar mais medidas, porque a história não pára e isso é um processo crescente.

Mas quero lhes dizer que o mesmo espírito que fez de Jaraguá do Sul esse exemplo para o Brasil é o espírito que motiva o Governo Federal a continuar trabalhando, pensando no enraizamento de um sistema produtivo baseado na capilaridade, baseado numa integração de esforços e baseado no respeito àqueles que produzem em condições muitas vezes de grande adversidade e, a despeito disso, prosseguem na sua luta.

Senhor Prefeito, Senhor Senador, Senhor Governador, Senhor Presidente da Associação Comercial, meus caros colegas, porque hoje sou membro da Associação Comercial, honorário – nunca imaginei que pudesse sê-lo, fui professor a vida toda, não tenho o menor dom na área empresarial, mas fico muito contente de receber esse título honorário –, quero lhes dizer que, daqui para frente, para que o Brasil continue – e vai continuar –, que avance e avance mais, nós precisamos mais e mais de organização, gestão, participação, honestidade e vontade.

Não é mais a vontade, apenas, do Presidente. Agora, tem que ser a vontade do País, que se organiza. E o nosso desafio é esse. Acho que nós temos todas as condições de avançar e vencer esse desafio. E vencê-lo não na base da discriminação, de “para esse sim, para aquele não, esse tal partido, aquele não.” Não, não. Com a única preocupação de atender o povo, a população.

Esta nossa população – vi, hoje, pelas ruas, e tenho visto seguidamente, vi, ontem, em Joinville, nas ruas, porque na rua é onde se toma o pulso, realmente, do País –, é uma população que, a despeito de todas as dificuldades e adversidades, está sempre esperançosa, sorridente, deseja que nós possamos dar as mãos uns aos outros, com a condição de que as mãos sejam limpas, com a condição de que não venham por trás do aperto de mão o engodo, o engano, a mentira e, pior ainda, a corrupção.

E nós temos, hoje, um país que tem, cada vez mais, gente de mãos limpas, gente que está desejosa, sequiosa de encontrar apoio e apoio recíproco, de solidariedade mais do que outra coisa. Coesão é do que nós precisamos.

Creio que o rumo do Brasil está traçado. E não foi traçado por mim, foi traçado por nós. Foi traçado por um país que conseguiu superar muitas dificuldades. Ainda agora, recentemente, na crise asiática – a última, do ano passado –, não foi fácil tomar as decisões que tomei e não foi fácil ao Congresso aprovar o que aprovou, porque sentiu que era preciso aprovar. E claro que o País sofreu um abalo em função disso, mas sentiu que era o modo pelo qual continuava com respeito a si próprio e com respeito lá fora e podendo retomar o caminho.

Nós, agora, estamos retomando. Nós, agora, estamos retomando, e nós dissemos, no ano passado, que no segundo semestre deste ano seria possível, novamente, um ritmo mais veloz de crescimento e, quem sabe, os seis pontos não sei quanto aqui, de Santa Catarina, possam aumentar.

Devo dizer que não foi só em Santa Catarina. As taxas de crescimento, em várias regiões do Brasil, foram elevadas. Acontece que outras regiões que, tradicionalmente, eram as que puxavam o desenvolvimento, por razões que não vem ao caso explicar agora, deixaram de puxar com tanta força, esmaeceu-se um pouco a média. Mas nós temos que

fazer com que, de novo, retomemos um ritmo que seja satisfatório, para que o povo brasileiro possa ter o que ele deseja: educação, saúde, cultura, bem-estar, solidariedade e, enfim, o que os clássicos sempre falavam, na política: “A política não pode ser só a busca do poder, tem que ser a busca da felicidade.” Pode parecer uma afirmação vaga, genérica, mas é verdade. Nós precisamos fazer com que este país se sinta mais feliz. E só se sente mais feliz o país quando a qualidade de vida aumenta.

Aqui, nós estamos numa cidade de alta qualidade de vida. Fosse o Brasil todo assim, posso lhes assegurar que seria mais fácil administrá-lo. E posso lhes assegurar que, se nós trabalharmos com afinco – não é do dia para a noite –, nós temos condições de fazer com que o Brasil seja uma grande Jaraguá do Sul.

Este é o exemplo que vim buscar aqui. E espero que nós possamos plantar a semente de Jaraguá do Sul em todo o Brasil.